

JOACHIN AZEVEDO NETO

(ORGANIZADOR)

HISTÓRIA: REPERTÓRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS E HISTÓRICAS



JOACHIN AZEVEDO NETO

(ORGANIZADOR)

HISTÓRIA: REPERTÓRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS E HISTÓRICAS



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



História: repertório de referências culturais e históricas

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Joachin Azevedo Neto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: repertório de referências culturais e históricas /
Organizador Joachin Azevedo Neto. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0514-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.146220209>

1. História. 2. Conhecimento. I. Azevedo Neto, Joachin
(Organizador). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra *História: Repertório de referências culturais e históricas* consiste em uma compilação de artigos acadêmicos que lançam importantes e criteriosas reflexões tanto acerca da pluralidade de recortes temáticos, fontes documentais, bem como das múltiplas formas de se buscar compreender sociedades e culturas situadas em variadas temporalidades.

Buscamos inserir a sequência dos textos em uma lógica dotada de certa linearidade a partir dos temas tratados pelos(as) autores(as), mas sem obedecer a esquemas cronológicos rígidos. A complexidade da construção dos saberes históricos aponta para a necessidade de se considerar os diálogos – com rupturas e continuidades – que distintas épocas mantêm. Leitores dessa publicação terão contato com discussões historiográficas em torno da História do Direito, de práticas escravistas e formas de resistência negra pelo viés decolonial. A História das Mulheres, campo de investigações extremamente urgente para a atualidade, também foi aqui contemplado com estudos relevantes. Nesse mesmo diapasão, a História da Música e das Artes receberam merecido destaque nas páginas seguintes. Identidades, formação docente, ensino de História e as crises humanitárias que permeiam o neoliberalismo global compõem a parte final desta obra repleta de contribuições científicas importantes.








Sendo assim, a diversidade de temas de pesquisa histórica aqui abordados deu os subsídios necessários para que o presente livro possa vir a contribuir para a formação de iniciantes no universo das Ciências Humanas ou o aprofundamento de questões empíricas sob as quais trabalham professores e investigadores mais experientes. Esse mosaico de produções acadêmicas agrega também a possibilidade de circular em diferentes setores da sociedade que estão comprometidos com o interesse público e a necessária ponderação sobre cidadania nos tempos atuais.


A obra *História: Repertório de referências culturais e históricas* apresenta verificada densidade teórica e metodológica, perceptível nas considerações feitas por autores que destemidamente demonstraram que o conhecimento histórico, pautado em estudos sérios e consequentes, continua sendo possível e indispensável no mundo que vivemos.

Joachin Azevedo Neto

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SENTIDOS PARA UMA TRANSIÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE O CAMPO JURÍDICO NO PERÍODO MONÁRQUICO	
Marcus Vinícius Duque Neves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202091	
CAPÍTULO 2	13
A FESTA DA SANTÍSSIMA TRINDADE NO HOSPITAL LÁZAROS: DEVOÇÃO E PARADOXO	
Márcia Valéria Teixeira Rosa	
Dijavan Mascarenhas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202092	
CAPÍTULO 3	27
LUTAS CONTRA A ESCRAVIZAÇÃO ILEGAL E A IMPUNIDADE NO CEARÁ DO SÉCULO XIX	
Antonia Márcia Nogueira Pedroza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202093	
CAPÍTULO 4	38
CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS: MULHERES NEGRAS, HISTÓRIA E IDENTIDADE	
Edineide Jorge dos Santos	
Maria Jorge dos Santos Leite	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202094	
CAPÍTULO 5	50
ARANDO O TORTO DESTINO DOS DESCENDENTES DE ESCRAVIZADOS NO BRASIL	
Maurício José de Faria	
Regina Aparecida de Moraes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202095	
CAPÍTULO 6	61
JOSEPH KI-ZERBO E CLÓVIS MOURA: TRAJETÓRIAS E HISTORIOGRAFIAS ATLÂNTICAS	
Elio Chaves Flores	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202096	
CAPÍTULO 7	75
A DITADURA DEMOCRATIZADA: AS MATRIZES HISTÓRICAS DO CENTRALISMO POLÍTICO NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO ANGOLANO E MOÇAMBICANO	
Jochua Abrão Baloi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202097	

CAPÍTULO 8	89
A FORMAÇÃO DOCENTE FEMININA NO PIAUÍ (1900-1930): ESCOLA NORMAL COMO INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL FEMININA	
Lorena Maria de França Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202098	
CAPÍTULO 9	100
ENTRE MEMÓRIAS E DISCURSOS: A ESTRUTURA DA NARRATIVA DE <i>O CHORO</i> , DE 1936, E SUAS CORRELAÇÕES NA HISTORIOGRAFIA DA MÚSICA URBANA BRASILEIRA	
Denis Wan-Dick Corbi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202099	
CAPÍTULO 10	111
CIDADE E MÚSICA: ESPAÇO E OBJETO DE RELAÇÃO DE MEMÓRIA	
Angela Maria da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020910	
CAPÍTULO 11	119
AS MULHERES NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ (1950 A 1970)	
Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020911	
CAPÍTULO 12	131
ENTRE O BARROCO E O MODERNO: REPRESENTAÇÕES DA CIDADE NA PINTURA DE YARA TUPYNAMBÁ	
Marcelo Cedro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020912	
CAPÍTULO 13	172
O ENSINO DE HISTÓRIA NOS LIVROS DIDÁTICOS: PROPOSTAS DE APRENDIZAGEM NOS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS	
Nathalia Vieira Ribeiro	
Darcylene Pereira Domingues	
Júlia Silveira Matos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020913	
CAPÍTULO 14	182
A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E A DOCÊNCIA JURÍDICA: ESTADO DA ARTE	
Maria Aparecida de Almeida Araujo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020914	
CAPÍTULO 15	192
DOGMA 95: A FESTA DOS IDIOTAS E A CRISE DA ARTE NA PÓS-MODERNIDADE	
Felipe Monteiro Pereira de Araújo	


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020915>

CAPÍTULO 16..... 204

DA SUBJETIVIDADE À FORMAÇÃO DE IDENTIDADES POLÍTICAS: UMA INVESTIGAÇÃO
A PARTIR DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

Fabício de Oliveira Farias


Flávia Ferreira Trindade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020916>

CAPÍTULO 17..... 215

RELIGIOUS FREEDOM, A HUMAN RIGHT IN CRISIS


Maria Helena Guerra Pratas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020917>

CAPÍTULO 18..... 225

TEMPO E CRISE NO 2º GOVERNO DE VARGAS: UM OLHAR A PARTIR DO
PENSAMENTO DO INTELLECTUAL HÉLIO JAGUARIBE

Cleber Ferreira dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020918>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 233

ÍNDICE REMISSIVO..... 234

A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E A DOCÊNCIA JURÍDICA: ESTADO DA ARTE

Data de aceite: 01/09/2022

Maria Aparecida de Almeida Araujo

Mestranda em Políticas Públicas-UFMA,
Especialista em Enfermagem Psicossocial
- Estácio, acadêmica de especialização
em Metodologia do Ensino Superior-
UFMA, graduada em Direito-FACAM e em
Enfermagem- Estácio
<http://lattes.cnpq.br/0520606565545605>

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar a produção científica acerca da formação pedagógica e a docência jurídica. Refere-se a um estudo de revisão integrativa, realizado no período de outubro a dezembro de 2017, nas bases de dados virtuais da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Eletronic Library Online (SCIELO) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir da pergunta norteadora, da seleção dos artigos, da definição de critérios de inclusão, da interpretação e da apresentação dos dados. Destaca-se que a formação pedagógica e a docência jurídica perpassam desde o campo da suposição de que quem sabe, sabe ensinar estende-se na vida acadêmica até os dias atuais, passando pela negativa do conhecimento metodológico para qualificar o conteúdo ministrado. A pesquisa permitiu constatar que a formação pedagógica dos docentes dos cursos jurídicos, em especial nas instituições públicas dos cursos jurídicos, não é específica e utiliza, em grande parte, a mera transmissão dos conteúdos que aprenderam

enquanto acadêmicos.

PALAVRAS-CHAVE: Formação pedagógica. Docência jurídica. Direito. Metodologia.

THE PEDAGOGICAL TRAINING AND LEGAL TEACHING: STATE OF THE ART

ABSTRACT: This study aims to analyze the scientific production of pedagogical training and the legal teaching. It refers to an integrative review study, conducted in the period from October to December 2017, in the virtual databases of Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS), Scientific Eletronic Library Online (SCIELO) and coordination of Improvement of top-level personnel (CAPES), through the guiding question, selection of articles, definition of inclusion criteria, interpretation and presentation of the data. It is noteworthy that the pedagogical training and the legal teaching passes from the field of the assumption that who knows, can teach extends in academic life until the present day, passing the negative of methodological knowledge to qualify the content taught . The research has shown that the pedagogical training of the teachers of the legal courses in particular those in the public institutions of the legal courses does not have a specific pedagogical training and uses, in large part, the mere transmission of the contents that They learned as academics.

KEYWORDS: Pedagogical training. Legal teaching. Right. Methodology.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho se refere à preocupação com a profissionalização do ensino que tem sido, há algum tempo, alvo de debates, pesquisas e reformas, “visando transformar e melhorar tanto a formação dos mestres quanto o exercício da docência” (LESSARD; TARDIF, 2007, p. 26).

A grande questão é: aquele que, sem qualquer formação pedagógica, aprende a ministrar aulas por ensaio e erro, desconsiderando o caráter do sujeito com o qual trabalha (o aluno), bem como domínios de técnicas específicas que levam à competência pedagógica (VASCONCELOS, 2000, p. 1), pode ser chamado de “professor”?

Para compreender a metodologia estruturada na tecnicidade e formalidade da formação do autoritarismo estatal implantado pelo período militar no ensino jurídico que limitava o desenvolvimento intelectual e pedagógico no Brasil. Segundo Simões (2011), a formação jurídica se guia nos critérios ortodoxos da universidade de Coimbra, a qual primava pela autoridade e os saberes incontestáveis de seus professores.

É verdade que, no Brasil, “sobretudo a partir da década de 1970, no geral, o pensamento pedagógico deu um salto de qualidade, buscando o que de melhor já se havia produzido mundialmente” (RIBEIRO JR., 2001, p. 73). Entretanto, a maioria dos professores permanece distante de se adequar a “uma formação técnico-pedagógica que vença o positivismo, o corporativismo, a parcialização, o burocratismo em que a formação social brasileira mergulhou a prática educacional” (RIBEIRO JR., 2001, p. 73).

Segundo Pinto (2012), a pedagogia é uma ciência transformadora da realidade educativa, detendo a amplitude criativa e renovadora, não restrita à didática de sala de aula, mas presente nas ações da sociedade em geral, propiciando a larga visão e compreensão das situações concretas nas quais se realizam seus trabalhos.

Nesse contexto, Mamedes e Jesus (2013) afirmam que a formação pedagógica tornou-se fonte estruturante da aplicação do ensino, envolvendo, na sua prática, questões epistemológicas, sociais e históricas na contemplação do saber, permeando a didática como forma diversificada de ensino-aprendizagem.

Stuckey (2010) relata que, na mesma medida em que se intensificou a criação dos cursos de Direito, percebeu-se uma ampliação do quadro docente nas Instituições de Ensino Superior em todo país, cujo número de professores está acima de quarenta mil.

De tal modo, a suposição de que “quem sabe, sabe ensinar” estende-se na vida acadêmica até os dias atuais, olvidando-se da preocupante questão daqueles que, desprovidos dos mais básicos conhecimentos pedagógicos, não conseguem, pelo menos pedagogicamente, exercer com êxito a função de professor (MASETTO, 2003, p. 13).

Assim, Ghirard (2012) evidenciou que o curso de Direito sempre foi caracterizado pela ampla erudição, pelo dogmatismo, pelo elitismo, moldados pelo próprio histórico do ambiente acadêmico. Seus professores ocupavam os mais diversos postos das carreiras

jurídicas, exercendo a docência como atividade complementar à “verdadeira profissão”. Dessa forma, não havia espaço para o tratamento de questões pedagógicas ou discussões sobre profissionalização docente.

Bittar (2006) reflete que não obstante a importância secular da docência jurídica para a formação dos bacharéis em Direito, encontra-se à margem da aceitação como carreira jurídica.

Carlini (2008) reflete sobre essa questão dizendo que a maioria dos professores de Direito são profissionais de carreiras jurídicas, ou seja, são advogados, juízes, promotores de justiça, delegados, procuradores que, ao trazerem para a sala de aula sua experiência profissional, podem contribuir com exemplos vividos, mas fazem crer que aquele exemplo contempla todas as possibilidades do que está sendo ensinado.

No Brasil, a política que orienta a condução de ações voltadas para a formação de professores universitários é demasiadamente tímida (MOROSINI, 2000). Para Soares e Cunha (2009), a falta de exigência nas políticas públicas de uma formação para o professor da educação superior, que contemple os saberes específicos da prática docente, ainda é visível.

De acordo com Pimenta e Anastasiou (2008), nos desenhos dos programas de pós-graduação existentes no país, a formação para docência superior, quando há, restringe-se ao oferecimento da disciplina metodologia do ensino superior, que, na prática, não ultrapassa 60 horas de atividade. Assim, é difícil perceber o impacto de sua inclusão em alguns programas de pós-graduação.

Contudo, a valorização da dimensão pedagógica não pode ser objeto apenas de uma disciplina que não raro se resume a limitada carga horária e a conteúdos meramente técnicos (BASTOS 2007). Conforme destaca o autor, o critério de ingresso para a docência no ensino superior tem sido somente o conhecimento específico da área e a titulação acadêmica. Desse modo, é preciso que órgãos como a CAPES se envolvam na construção, junto às universidades, de um ordenamento legal que incentive mais clara e estruturadamente a formação pedagógica no ensino superior (CORRÊA; RIBEIRO, 2013).

A abordagem de formação de professores dificilmente estende-se aos professores universitários, como se a formação específica para o magistério nesse nível fosse algo supérfluo ou mesmo desnecessário (PACHANE; PEREIRA, 2004).

Diante dessa circunstância, a pesquisa evidencia como relevante realizar este estudo com foco para a formação pedagógica metodológica dos docentes do curso de Direito. Dessa forma, o objetivo do trabalho foi analisar a formação pedagógica dos docentes juristas a partir do referencial teórico publicado nas bases de dados.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura, que objetiva reunir o

conhecimento científico já existente sobre a problemática da formação pedagógica e a docência jurídica apresentada, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do conhecimento na temática. A coleta de dados foi realizada no período entre outubro a dezembro de 2017, e utilizaram-se para a pesquisa as bases de dados da Biblioteca Virtual, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Eletronic Library Online (SCIELO) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo utilizados como descritores em xxxx (DeCS): formação pedagógica, ensino superior, metodologia e direito.

Assim, a princípio, encontramos 30 estudos, usando os critérios de inclusão: textos completos, escrita na língua portuguesa e período de publicação entre 2007 a 2017, e como critérios de exclusão: textos duplicados, não abordem a temática analisada especificamente, publicado em outra língua, não possuem resumo, não localizados na íntegra, resultaram em estudos relacionados no tema sendo dos respectivos bancos de dados 15 do SCIELO, 14 da LILACS e 01 da CAPES. A leitura das titulações e os resumos dos artigos foram usados como método de seleção dos trabalhos para que fossem utilizados na produção do referido estudo.

Ainda se tratando da construção metodológica, realizaram-se as seguintes etapas: estabelecimento dos objetivos da revisão e da pergunta norteadora, seleção dos artigos, definição de critérios de inclusão dos artigos, determinação das informações extraídas dos artigos escolhidos, interpretação dos dados e apresentação da revisão de maneira detalhada e de fácil compreensão (SOUZA, 2010).

Vale destacar que, ao final da pesquisa, nas bases de dados citadas, foram encontrados 16 artigos, porém, apenas quatro apresentavam o tema formação pedagógica e a docência jurídica. Após a seleção dos artigos, conforme os critérios de inclusão previamente definidos, foram seguidos, nessa ordem, os seguintes passos: leitura exploratória; leitura seletiva e escolha do material que se adéqua aos objetivos e ao tema deste estudo; leitura analítica e análise dos textos, finalizando com a realização de leitura interpretativa e redação.

Relação dos artigos identificados na pesquisa:

1ª Fase: questões norteadoras: formação pedagógica, docência jurídica e metodologia.

2ª Fase: coleta de dados compreendida em identificação das bases de dados e busca dos artigos: 14 na base de dados LILACS, 15 na SCIELO e 01 CAPES.

3ª Fase: avaliação dos dados artigos selecionados após leitura na íntegra, foram excluídos 22 artigos pelos motivos definidos na metodologia; 10 não possuíam resumo; 06 estavam duplicados e 06 publicados em outra língua, ficando somente 08 artigos para continuar a pesquisa.

4ª e 5ª fase: análise dos dados e elaboração do quadro sinóptico: artigos selecionados após leitura na íntegra 03, pois 01 não foi localizado, 02 publicados com o mesmo

título e 01 não abordava a FPDJ especificamente.

Após essas etapas, constituiu-se um corpus do estudo agrupando os temas mais abordados nas seguintes categorias: formação pedagógica no ensino superior e a metodologia e o docente do ensino jurídico.

Os artigos selecionados foram analisados de acordo com suas características, que incluíram: base de dado, título, autor, ano e resultados.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na presente revisão de literatura, foram analisados 30 estudos que cumpriram os critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Diante da análise dos desses textos, constatou-se que ainda é grande o índice de Docente do Ensino Jurídico sem Formação pedagógica metodológica.

Os resultados obtidos são visualizados no quadro que se segue, no qual são identificados a base de dado, o(s) autor(es), títulos dos artigos, ano de publicação dos mesmos e resultado. A amostra final dessa revisão foi constituída por três artigos científicos, selecionados pelos critérios de inclusão previamente estabelecidos. Desse total, 03 foram encontrados na base de dados SCIELO, 00 na LILACS e 00 na CNPQ. A seguir, apresentação do quadro com as produções selecionadas.

Base de Dado	Título	Ano	Autor	Resultado
Scientific Eletronic Library Online (SciELO)	Metodologias de ensino com tecnologias da informação e comunicação no ensino jurídico	2016	Mercado, Luis Paulo Leopoldo	Os resultados e impactos que beneficiam o desenvolvimento de metodologias de ensino na área do ensino jurídico neste estudo foram: investigação da utilização pelos professores do ensino superior das TIC, envolvendo atividades de ensino no ensino jurídico. Assim, estudo de novas metodologias para o ensino jurídico; melhoria das condições de produção de materiais didáticos utilizando TIC; melhoria no uso das possibilidades interativas entre alunos, professores, tutores, coordenação, utilizando recursos das TIC no ensino jurídico.
Scientific Eletronic Library Online (SciELO)	Formação pedagógica no ensino superior: o que diz a legislação e a literatura em Educação e Administração?	2016	Cléria Donizete da Silva Lourenço Manolita Correia Lima Eliza Rezende Pinto Narciso	A observação do aparato legal permitiu identificar que este é omissivo quando se trata da formação docente para o ensino superior. Já a revisão de literatura realizada possibilitou reafirmar o papel fundamental que os programas de pós-graduação têm no processo de formação docente.

Scientific Eletrônica Library Online (SciELO)	A formação dos professores dos cursos de direito no Brasil: a pós-graduação “stricto sensu”	2011	Juliana Ferrari de Oliveira Pagani	A formação do docente superior jurídico carece de atenção e investimento. Na conclusão da pesquisa, apontam-se alguns subsídios para pensar a formação do professor do magistério jurídico.
------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------	------	------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Quadro 1- Relação dos periódicos que respondem à pergunta da pesquisa

Fonte: organizado pela autora a partir das informações contidas nas Bases de dados virtuais (2017).

A análise dos artigos indica que muitos são os fatores que podem dificultar os limites e as restrições à liberdade de ensinar. Tardif (2000, p.14) afirma que “ainda hoje, a maioria dos professores aprende a trabalhar na prática, às apalpadelas, por tentativa e erro”.

Segundo Thomé Travincas (2017), no tocante às questões de viés metodológicos, ressaltam-se o uso da vertente teórica jurídico-dogmática e do raciocínio dedutivo.

A prática pedagógica em tal nível de ensino é complexa, contextualizada, e se configura por escolhas éticas e políticas. Nesse sentido, entende-se que a docência demanda um processo formativo que pode ter como fase inicial a pós-graduação stricto sensu (CORRÊA ; RIBEIRO, 2013).

É consensual o reconhecimento de que a superação dos baixos indicadores da qualidade da educação exige a revisão do papel que o docente desempenha nesse processo. No entanto, são ainda enormes as lacunas de formação docente em todos os níveis de ensino (BASTOS et al.,2011).

Para Libâneo (2011), antes de tudo, o professor precisa dominar o conteúdo da matéria que leciona, além disso, a formação didático-pedagógica é fundamental para que estabeleça a ligação dos princípios gerais que regem as relações entre o ensino e a aprendizagem, com problemas específicos do ensino de determina da matéria.

Pimenta e Anastasiou (2008) afirmam que tais conhecimentos e práticas são relevantes na medida em que o ensino é uma atividade complexa, contextualizada, muitas vezes imprevisível, e que demanda escolhas éticas e políticas.

4 | A METODOLOGIA E O DOCENTE DO ENSINO JURÍDICO

Korthagen (2004, p. 77) “questiona quais seriam as qualidades essenciais do bom professor e como é possível ajudar as pessoas a se tornarem bons professores”.

Para tanto, há necessidade de se desmistificar a crença de que “quem sabe, automaticamente sabe ensinar”, até porque ensinar requer muito mais do que o domínio de determinados conteúdos e/ou demonstrações de como as coisas acontecem na prática (MASETTO, 2003, p. 13).

Pachane (2005) afirma que a busca de uma formação integral, ou o mais integral possível, dos futuros professores universitários, promovendo já em nível de pós-graduação

a indissociabilidade ensino-pesquisa e a valorização da docência, seria um dos passos fundamentais rumo à concretização de um projeto, a longo prazo, de maior qualidade para o ensino de graduação.

Melo filho (2000) constatou, em um levantamento a respeito da metodologia do ensino jurídico, que: 63% dos docentes fazem uso da aula expositiva como técnica única ou ‘modus operandi’ didático exclusivo em sala de aula; 67% dos alunos restringem o seu estudo, em cada disciplina, a um só livro-texto ou ‘manual’ adotado pelo professor; 58% das disciplinas jurídicas estão mal dimensionadas, ou seja, com muito conteúdo e pouco tempo para o seu desenvolvimento; 90% da avaliação contempla tão-somente provas escritas discursivas em que não se mensuram as qualidades de refutar as teses contrárias e de refletir criticamente sobre o Direito; 72% dos professores dos cursos jurídicos ministram uma só disciplina duas ou três vezes por semana, não realizam trabalhos de pesquisa, não orientam os alunos individualmente e extraclasse, não são portadores de habilitação didática específica, não participam de outras atividades acadêmicas fora da sala de aula, exercem uma outra ocupação paralela que é a principal, e a remuneração que recebe como docente é inexpressiva para a sua renda mensal.

Segundo Oliveira e Adeodato (1996, p. 12), “ao analisarem produções voltadas ao da Pesquisa Jurídica e Sociojurídica no Brasil, destacam que os cursos jurídicos mantêm seu caráter bacharelesco, indiferentes às mudanças no ambiente e às novas concepções, mostrando-se inadequados não apenas para explicar e transmitir conhecimentos sobre a realidade jurídica brasileira como também na preparação do corpo discente para a vida profissional”.

Assim, o egresso das instituições de ensino jurídico, muitas vezes, não consegue ir além de práticas advocatícias manuais (SANTOS; MORAIS, 2007, p. 60-61).

Ventura (2004, p. 15) ressalta que o professor do ensino jurídico também não se propõe a mudar, sobretudo por não sentir o motivo pelo qual não deveria, principalmente em relação à competência pedagógica. “São raros os docentes que buscam titulação na área da educação, assim como são raros os programas de pós-graduação em Direito que propõem uma ação pedagógica inovadora”.

Desse modo, frequentemente, o professor é apenas o veículo de um saber que ele não elaborou e perante o qual ele nem sequer se posicionou numa perspectiva reflexiva e crítica. “O professor passa a verdade do sistema dominante e a quer de volta, intacta, nas avaliações que ele faz do aluno”(MARQUES NETO 2001,p.55).

Ribeiro Júnior (2003) comenta que o professor desses cursos, pelo fato de não ter preparação pedagógica para exercer o magistério, repete o modelo de ensino que vivenciou, com a certeza de que é assim que se aprende mesmo. Como a docência não é sua única ocupação, não chega a se indagar e a se preocupar sobre sua ação em sala de aula, o que contribui para a permanência de uma metodologia de ensino baseada em concepções ultrapassadas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados revelaram que a formação pedagógica e a docência jurídica perpassam desde o campo da suposição de que quem sabe ensinar estende-se na vida acadêmica até os dias atuais, passando pela negativa do conhecimento metodológico para qualificar o conteúdo ministrado.

Sabe-se que a maioria dos docentes jurídicos são advogados, promotores, defensores, juizes, entre outros, que buscam a docência tão somente para preencher o tempo ocioso, captar clientes, complementar a renda e, até mesmo, buscar um reconhecimento da sociedade.

A pesquisa realizada nos permitiu constatar que a formação pedagógica dos docentes dos cursos jurídicos, em especial das instituições públicas dos cursos jurídicos, não é específica e estes utilizam, em grande parte, a mera transmissão dos conteúdos que aprenderam enquanto acadêmicos.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Antonio Virgilio Bittencourt; TOURINHO, Emmanuel Zaguri; YAMAMOTO, Oswaldo Hejime; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Réplica 1 - Formar Docentes: em que Medida a Pós Graduação Cumpre esta Missão? **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 6, p. 1152-1160, nov./dez. 2011.

BASTOS, Carmen Célia B. Correia. Docência, pós-graduação e a melhoria do ensino na universidade: uma relação necessária. **Educere et Educare**, Cascavel, v. 2, n. 4, p. 103-112, jul./dez. 2007.

BITTAR, Eduardo. *Estudos sobre Ensino Jurídico: Pesquisa, Metodologia, Diálogo e Cidadania*. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2006.

CARLINI, Angelica Lucia. O professor de direito e a identidade docente: construindo reflexões a partir da aprendizagem baseada em problemas. In TAGLIAVINI, Joao Virgilio (org.). *A superação do positivismo jurídico no ensino do direito*. São Paulo: Junqueira & Marins editores, 2008.

CORRÊA, Guilherme Torres; RIBEIRO, Victória Maria Brant. A formação pedagógica no ensino superior e o papel da pós-graduação stricto sensu. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 319-334, abr./jun. 2013.

CUNHA, Maria Isabel da. **Trajetória e lugares da formação do docente da educação superior**: do compromisso individual à responsabilidade institucional. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2009.

GHIRARD, José Garcêz. A praça pública, a sala de aula: representações do professor de Direito no Brasil. In: CARVALHO, Evando de Menezes et al. (Org). *Representações do professor de Direito*. Curitiba, PR: CRV. 2012.

KORTHAGEN, Fred A. J. In search of the essence of a good teacher: towards a more holistic approach in teacher education. *Teaching and Teacher Education*, London, v. 20, p. 77-97, 2004.

LESSARD, Claude; TARDIF, Maurice. *O trabalho docente*. Petrópolis: Vozes, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Conteúdos, formação de competências cognitivas e ensino com pesquisa. In: PIMENTA, Selma Garrido; ALMEIDA, Maria Isabel de (Orgs.). *Pedagogia universitária: caminhos para a formação de professores*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 188-212.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **A ciência do Direito: conceito, objeto, método**. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MAMEDES, Cleusa Bernadete Larranhagas; JESUS, Maila Silva de. *Pedagogia e Ensino Jurídico: A experiência da “roda pedagógica”- desafios e contribuições para a prática docente do curso de direito da faculdade católica Rainha da Paz FCARP*. Mato Grosso, 2013. p. 23. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8e0346c7a627447a>>. Acesso em: 15 out. 2017.

MASETTO, Marcos Tarciso. *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Summus, 2003.

MELO F. **Juspedagogia: ensinar direito o direito**. In: OAB Ensino Jurídico: 170 anos de cursos jurídicos no Brasil. Brasília/DF: OAB - Conselho Federal, 2000.

_____. Docência Universitária: repensando a aula. In: I. TEODORO, Antonio. II. VASCONCELOS, Maria. Lucia. *Ensinar e aprender no ensino superior*. São Paulo. Editora Mackenzie: Cortez, 2003.

MOROSINI, Marília Costa. Docência universitária e os desafios da realidade educacional. In: MOROSINI, Marília Costa (Org.). *Professor do ensino superior – identidade, docência e formação*. Brasília: INEP, 2000. p. 11-20.

OLIVEIRA, L.; ADEODATO, J.M. *O Estado da arte da pesquisa jurídica e sócio-jurídica no Brasil*. Brasília: Conselho da Justiça Federal; Centro de Estudos Judiciários, 1996.

PACHANE, Graziela Giusti; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. A importância da formação didático-pedagógica e a construção de um novo perfil para docentes universitários. *Revista Iberoamericana de Educación*, Madrid, v. 3, n. 4, 2004.

_____. Teoria e prática na formação pedagógica do professor universitário: elementos para discussão. Publ. UEPG, *Ponta Grossa*, v. 13, n. 1, p. 13-24, jun. 2005.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo. *Docência no ensino superior*. São Paulo: Cortez, 2008.

PINTO, Flávia Aguiar Cabral Furtado. A formação pedagógica do docente em direito como importante ferramenta de aperfeiçoamento do ensino jurídico no Brasil. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande XV, n.102, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8e0346c7a627447a>>. Acesso em: 15 out. 2017.

RIBEIRO JR., João. *A formação pedagógica do professor de direito*. Campinas: Papirus, 2001.

SANTOS, A.L.C.; MORAIS, J.L.B. *O ensino jurídico e a formação do bacharel em Direito: diretrizes político-pedagógicas do curso de Direito da UNISINOS*. Porto Alegre/RS: Livraria do Advogado, 2007.

SIMÕES, Helena Cristina Guimarães Queiroz. *As Concepções Docentes nos Cursos de Direito e a Prática Pedagógica Contemporânea*. Amapá, 2011. p. 27. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8e0346c7a627447a>>. Acesso em: 15 out. 2017.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. **Revisão Integrativa**: o que é e como fazer. Einstein, 8(1 Pt 1):102-6, 2010.

STUCKEY, Roy. Educação jurídica e Método de Caso. Cadernos FGV Direito Rio. Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas. *Educação e Direito*. v. 3. 2010.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários – elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.13, p. 5-24, jan./abr., 2000.

THOMÉ TRAVINCAS, Amanda Costa. **A Tutela Jurídica da Liberdade Acadêmica no Brasil: A Liberdade de ensinar e seus limites**. Ed. Livraria do advogado , porto Alegre,2018.

VASCONCELOS, Maria Lucia M. Carvalho. *A formação do professor de ensino superior*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

VENTURA, D. *Ensinar direito*. Barueri/SP: Manole, 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 48, 53, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 79, 82, 84, 86, 87, 121

Alagoas 39

Angola 63, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88

Arquivologia 13

C

Cativeiro 27, 33, 58

Ceará 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 123

Clóvis Moura 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74

Código criminal 27, 29, 31

Cotidiano 6, 35, 36, 55, 57, 95, 114, 115, 118, 229

D

Democracia 75, 82, 84, 85, 86, 87, 88

Descendentes de escravizados 50, 55, 56, 59, 60

Diáspora 61, 62, 72, 73, 74

Direito 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 32, 35, 42, 52, 54, 55, 57, 58, 76, 78, 79, 83, 84, 87, 89, 97, 126, 143, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 208, 225

Ditadura 75, 76, 77, 83, 84, 85, 86, 87, 150

E

Encantado 50, 51, 55, 57, 58, 59, 60, 101, 105, 107

Escravidão 2, 3, 4, 7, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 64, 67, 69, 70, 71, 72, 162

Escravizados 27, 31, 32, 33, 34, 35, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 70

F

Formação docente 2, 89, 91, 98, 186, 187

Fredick Barth 44

Frei Antônio do Desterro 15, 16, 18

H

História 1, 2, 1, 2, 12, 13, 25, 27, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 83, 87, 88, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113,

114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 150, 159, 161, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 179, 180, 192, 195, 196, 198, 202, 203, 204, 205, 207, 210, 211, 213, 225, 231, 233

História cultural 139, 170, 180, 233

História da arte 13, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 161, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 202

História da educação 179

História da música 2, 102, 103, 105

História das mulheres 2, 119

História social 27, 36, 37, 74, 104, 137, 140

Historiografia 4, 61, 62, 63, 64, 72, 74, 100, 101, 102, 103, 105, 107, 131, 135, 140, 166, 169, 180, 233

I

Identidade étnica 38, 39, 41, 45, 46, 47, 48

Instituições 1, 4, 11, 59, 65, 66, 67, 72, 76, 80, 85, 86, 89, 122, 125, 150, 178, 182, 183, 188, 189, 195, 204, 207, 212, 213

Itamar Vieira Jr. 50

J

James Scott 32

Joseph Ki-Zerbo 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74

L

Lepra 14, 15, 23

Liberalismo 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 229

Libertos pobres 27, 31, 33

M

Max Weber 44

Memória 17, 25, 39, 40, 48, 49, 63, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 129, 132, 133, 154, 159, 160, 163, 166, 167, 168, 169, 179, 180

Moçambique 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88

Monarquia 1, 3, 5, 8, 10, 11

Mulheres negras 38, 39, 41, 47

P

Pe. Antônio Vieira 59

Política 1, 3, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 18, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 49, 64, 65, 69, 71, 72, 73, 75, 78,

80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 109, 119, 129, 149, 170, 176, 184, 195, 204, 210, 213, 216, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233

Positivismo 3, 4, 183, 189

Pós-modernidade 192, 197, 198, 200, 201, 202, 203

Práticas jurídicas 1

Q

Quilombolas 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48

R

Resistência 2, 30, 32, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 53, 71, 72, 80, 197, 198, 209, 211

Rio de Janeiro 11, 12, 13, 14, 15, 25, 26, 35, 36, 37, 48, 49, 60, 73, 74, 87, 100, 107, 109, 110, 130, 132, 143, 146, 168, 169, 180, 190, 191, 202, 203, 209, 213, 214, 225, 226, 231, 232

S

Século XIX 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 11, 12, 14, 27, 33, 36, 37, 38, 40, 53, 62, 68, 71, 91, 97, 101, 112, 113, 135, 142, 143

T

Thomas Driendl 13, 22, 23

Torto Arado 56, 57

Y

Yara Tupinambá 133, 146, 147, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 169

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

HISTÓRIA: REPERTÓRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS E HISTÓRICAS



🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

HISTÓRIA: REPERTÓRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS E HISTÓRICAS

